

Psicanálise e urgência subjetiva: que dispositivo no hospital?

Vinicius Anciães Darriba

Marcos Vinicius Brunhari

RESUMO

O objetivo deste artigo é interrogar a relação entre dispositivo e urgência a partir da prática do psicanalista no hospital geral. É com base no uso do termo dispositivo por Foucault, investigado por Agamben, que se preconiza a relação entre dispositivo e urgência, a qual mostramos, na psicanálise, com Lacan, implicar antes a relação entre o discurso psicanalítico e as urgências subjetivas. Trata-se então, inicialmente, de problematizar da perspectiva do analista as ideias de dispositivo e de urgência. Nesse sentido, se o dispositivo no capitalismo produz dessubjetivação, o discurso psicanalítico surge como contraposição ao tocar o real da castração aí rejeitado. Em oposição ao curto-circuito entre uma urgência e uma resposta já por ele condicionadas, próprio ao dispositivo de controle que conforma a tecnociência às injunções do capitalismo, situamos a presença do psicanalista assentando o sujeito no que é falha. Frente ao aparato técnico das práticas avaliativas e de controle vigentes no hospital geral, buscamos sustentar que o direcionamento do psicanalista às urgências subjetivas equivale, nos termos de Agamben, a uma profanação do dispositivo, por trazer à luz o ingovernável que aquele busca encobrir.

Palavras-chave: Psicanálise, urgências subjetivas, dispositivo, capitalismo

ABSTRACT

Psychoanalysis and subjective urgency: which device in the hospital?

The aim of this article is to question the relationship between device and urgency from the psychoanalyst's practice in the general hospital. Based on the use of the term device by Foucault, investigated by Agamben, which advocates the relationship between device and urgency, that we have shown, in psychoanalysis, to imply the relationship between psychoanalytic discourse and subjective urgencies. Initially, we problematize from the psychoanalyst's perspective the ideas of device and urgency. We inquire about the psychoanalytic device and discourse in what is considered urgent in the hospital, to be read by the psychoanalyst as a subjective urgency. Based on Agamben's indication that the device in capitalism produces desubjectivation, we situate the clinical and political challenge of psychoanalysis bringing to light the ungovernable. A bet to settle the subject on what is revealed as a failure, as opposed to the short-circuit in the capitalist device between an urgency and a response already conditioned by it.

Keywords: Psychoanalysis, subjective urgencies, device, capitalism

Sobre os Autores

V. A. D.
orcid.org/0000-0002-9986-6554
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – RJ
viniciusdarriba@gmail.com

M. V. B.
orcid.org/0000-0002-5369-2915
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro – RJ
mvbrunhari@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



Ao colocar a pergunta *o que é um dispositivo?*¹, o filósofo Giorgio Agamben (2011) diz se tratar de um termo decisivo no pensamento de Foucault, quem, no entanto, não chegou a defini-lo em sentido próprio. Segundo aponta Agamben (2011), foi em uma entrevista (Foucault, 1977/1994) que ele chegou mais próximo de sua definição. Essa entrevista, ou conversação nas palavras de um de seus interlocutores na ocasião, Alain Grosrichard, deu-se no meio psicanalítico, à ocasião do lançamento por Foucault (1976/1988) de *Vontade de saber*, primeiro volume da *História da sexualidade*. Foi o mesmo Grosrichard quem interrogou-o acerca do sentido e da função metodológica do termo *dispositivo*, na medida em que Foucault analisara, na obra recém-lançada, o que chamou de *dispositivo de sexualidade*. Pensando os dispositivos como redes de elementos heterogêneos, discursivos e não discursivos, Foucault especifica-os no fato de tais formações haverem tido, em determinados momentos históricos, a função principal de responderem a uma urgência. Por exemplo, o assujeitamento da loucura, que teve como matriz o imperativo estratégico de controlar a parcela da população incômoda ao estabelecimento de uma economia mercantilista.

Propomos, neste artigo, interrogar tal relação entre dispositivo e urgência. Interrogá-la, contudo, partindo do que nós, psicanalistas, assiduamente designamos como *dispositivo psicanalítico* e, igualmente, do que estabelece na psicanálise o termo *urgência*. Tal questão se põe aqui por referência à experiência de trabalho como psicanalistas em um hospital geral, no contexto de situações que nos são justamente encaminhadas sob a perspectiva da urgência. Trata-se então, inicialmente, de problematizar da perspectiva do analista as ideias de *dispositivo* e de *urgência*. Indagar acerca do dispositivo psicanalítico no que se toma por urgência no hospital deve compreender a pergunta, nesse contexto particular, sobre a possibilidade de haver analista; assim como questionar, em decorrência, que estatuto a urgência assume nesse caso. Por meio da crítica à manualização das práticas clínicas no hospital face ao “risco” subjetivo, interrogaremos a dessubjetivação como resultado do dispositivo ordenado a partir do discurso capitalista. Eis o desafio clínico e político da psicanálise face ao arranjo universal dos serviços de bens que, conforme as diretrizes do capitalismo, inclui o estilo puritano que, historicamente, alinha esse serviço à arqueologia do termo dispositivo. Os protocolos de avaliação psicológica, responsivos aos preceitos neoliberais, incorporam a eficácia humana como uma produção tecnológica, excluindo qualquer falha relacionada à função do indivíduo. Neste procedimento onde o excesso da técnica se impõe em prol de uma resposta apropriada, evidenciada e eficiente, a urgência se torna insuperável para o clínico que tem o protocolo manualizado como bússola.

DISPOSITIVOS, OU “INEXAURÍVEIS PRODUTOS DO ESNOBISMO DE UMA CIÊNCIA POSTIÇA” (LACAN, 1947/2003, P.124)

Ao partirmos da retomada de Agamben (2011) sobre a genealogia foucaultiana do termo dispositivo, encontramos a condição universalizante como estratégia e tecnologia de poder. No exame do termo, Agamben elenca um sentido jurídico, um significado tecnológico e outro militar, visto que, respectivamente, o dispositivo é parte da sentença que decide, é o modo como estão dispostas as peças de uma máquina e é um conjunto de meios dispostos a partir de um planejamento. É desde a arqueologia da palavra que o filósofo propõe não ser possível perder de vista o significado primeiro apregoado ao termo que, tanto no uso coloquial quanto nos direcionamentos de Foucault, remete, como indicamos, a “um conjunto de práticas e mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) que têm o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito mais ou menos imediato” (p.35). O dispositivo, enquanto tecnologia, conjuga práticas e coordenadas direcionando-se à obtenção de efeitos. É frente à urgência que o dispositivo se efetiva como proposta de “pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser” (p.38) e, assim, evidencia sua essência teológica ao gerar seu próprio sujeito. A relação entre ser e dispositivo propicia o processo de subjetivação, que engendra a produção de um sujeito, e tem como fundamento o anseio humano pela felicidade.

Se o anseio pela felicidade pode ser compreendido como urgência, o mal-estar freudiano deve ser retomado em nosso auxílio na medida em que as intrincadas oposições ao princípio de prazer são fundamentais na constituição da mutualidade e da cultura. A impossibilidade da felicidade em sua plenitude, na qual amargam-se renúncia pulsional e sentimento de culpa, tem a produção capitalista como programa contrário. É esse o programa comprometido com a geração de dispositivos francamente atrelados à tecnologia e ao controle, inclinado a reduzir a antinomia articulada por Freud (1930/2020) em uma tendência moralizante de normalização. É nesse íterim que Lacan (1959-1960/2008) conjuga aquilo que chama de serviços de bens ao devaneio burguês, cuja exigência alinha a felicidade ao plano político. Sob a perspectiva que diferencia a prática da psicanálise, e sua ética, de um projeto de normalização psicológica, o serviço de bens é um regulador da pretensa harmonização psíquica e sua incidência política tem consequências. O ordenamento universal do serviço de bens carrega em seu bojo o estilo puritano que historicamente coordena a relação com o desejo e permite supor a proximidade entre o serviço de bens e a arqueologia do termo dispositivo.

O ordenamento do serviço de bens à universalização, segundo Lacan (1959-1960/2008), não resolve a

problemática do um a um com seu próprio desejo e não se efetiva enquanto tratamento a que se poderia lançar em nome da felicidade das futuras gerações. Sobre esse ponto, é enriquecedor retomar o escrito de Lacan intitulado *A psiquiatria inglesa e a guerra* (1947/2003), que contém uma discussão a respeito da administração de avaliações psiquiátricas, durante a Segunda Guerra Mundial, aos recrutas que chegavam nos hospitais acometidos por “inaptidão, delinquências diversas e reações psiconeuróticas” (p.109). Sob o rótulo da urgência imposta pela guerra, esses itens deveriam ser identificados através de um sistema de avaliação com o objetivo de homogeneizar e padronizar o pelotão sem que fosse necessário enviesar-se pela idiossincrasia de cada caso. Não pretendemos detalhar o procedimento, apenas destacar a aplicabilidade do método de avaliação como favorecedor da eficiência em nome do bem-estar comum. Trata-se de um dispositivo, conforme pudemos destacar a partir de Foucault (1977/1994) e Agamben (2011), frente ao qual Lacan (1947/2003) teceu considerações de relevância ímpar.

O psicanalista afirma que “a psiquiatria serviu para forjar um instrumento através do qual a Inglaterra ganhou a guerra. Inversamente, a guerra transformou a psiquiatria na Inglaterra” (p.124). A psiquiatria inglesa, ao ser desde então laureada pelo avanço científico, ascende em seu valor médico sob os auspícios de períodos tenebrosos da história. Sob o golpe da observação segundo a qual há francos progressos que a civilização colhe com a guerra e a destruição, Lacan (1947/2003) afirma, acerca da forja de um dispositivo, que, “sem dúvida, aí encontramos objetos de interesse que nos compensarão por aqueles trabalhos apaixonantes do tipo ‘dosagem dos produtos de desintegração ureica na parafrenia fabulatória’, inexauríveis produtos do esnobismo de uma ciência postiça” (p.124). É ao mitigar o questionamento de sua posição no campo médico que a psiquiatria lança mão da sistematização e ampliação da seleção em escalas sociais. A aplicabilidade que parametriza índices de ureia e psicodiagnóstico, por exemplo, difunde-se enquanto paramento administrativo de larga escala. Com isso,

por outro lado, o desenvolvimento que crescerá, neste século, dos meios de agir sobre o psiquismo, e o manejo concertado das imagens e paixões do qual já se fez uso com sucesso contra nosso julgamento, nossa resolução e nossa unidade moral, darão ensejo a novos abusos de poder (Lacan, 1947/2003, p.125).

Se entendermos que o desenvolvimento se refere aos meios de agir sobre o psiquismo e ao manejo concertado das imagens e paixões, podemos afirmar que Lacan foi visionário quanto aos atuais desdobramentos políticos da tecnociência. Ambos os itens, meios de ação e manejo concertado, se entrelaçam no decurso histórico da psiquiatria e das psicoterapias como operadores terapêuticos e disciplinares

fundamentados em cognitivismos e humanismos. O aparato técnico das clínicas avaliativas, cujo progresso aterrador fora promovido pela guerra, se oferece como respaldo aos processos, por exemplo, de psicodiagnóstico e de gestão de si. Se os meios de agir sobre a subjetividade, hoje, se revelam baseados em evidências, o manejo concertado das imagens e paixões assume o vocabulário da gestão empresarial e se difunde em métodos de coaching e de autoajuda espiritualizada. Ambos os itens se alinham, como indicou Lacan (1947/2003), rumo às novas modalidades de controle e de excessos do poder às expensas da configuração enquanto dispositivo.

DISPOSITIVO E DISCURSO EM LACAN

Apesar de verificarmos o uso frequente do termo *dispositivo* pelos psicanalistas, em referência à clínica psicanalítica, em Lacan só é encontrada uma menção ao termo nesse sentido específico (Checcia, 2010). Nela, Lacan (1972/2003, p.545) associa a existência de tal dispositivo ao que ele enunciou em termos de um discurso analítico: “a questão não é a descoberta do inconsciente, que tem no simbólico sua matéria pré-formada, mas a criação do dispositivo pelo qual o real toca no real, ou seja, daquilo que articulei como o discurso analítico”. Valendo-nos dessa equivalência entre dispositivo e discurso, no que se refere à psicanálise, podemos interrogar também a relação com a urgência - tomada por Foucault como fundante para o dispositivo - segundo aquilo que Lacan formula através da ideia de um discurso psicanalítico. Nosso interesse se põe nessa direção, prescindindo da discussão quanto à conformidade da noção foucaultiana de dispositivo com a psicanálise. Sabemos que Foucault (1976/1988) tomava essa última, sobretudo, como parte do dispositivo da sexualidade que analisou. Já na passagem de Lacan (1969-1970/1992), por sua vez, o que se destaca como função do que ali nomeia dispositivo/discurso é o real tocar no real, fórmula que remonta à ideia de se promover um giro discursivo.

Quanto à coincidência de, contemporaneamente a Lacan, Foucault (1970/2013) também ter trabalhado com a noção de *discurso*, sua desassociação é mais simples nesse caso, na medida em que é patente o psicanalista ter perseguido de modo explícito uma definição inédita para aquele. A noção de discurso, em Lacan desde o início se edifica pela necessidade de pensar a psicanálise como tal, a que se subordina sua formalização. Ainda assim, no mesmo ano em que essa pergunta sobre o discurso psicanalítico foi introduzida, sabemos ter Foucault (1969/2009) proferido uma conferência em que se pode constatar sua ressonância com a abordagem de Lacan. O próprio Lacan (1968-1969/2008) percebeu a similitude entre o que consta de seu ensino e o que Foucault, referindo-se à instauração de uma *discursividade* por Freud, articula como “a função do retorno a” (p.184, grifo do autor).

Foucault (1969/2009, p.280) designa a Freud, assim como a Marx, como “fundadores de discursividade”, na medida em que seriam autores que, mais do que sua obra, ocasionaram “a possibilidade e a regra de formação de outros textos”. Isso não quer dizer que os textos derivam deles apenas por analogia, mas que possibilitaram igualmente a produção da diferença em seus campos.

A partir daí, estabelece-se o estatuto heerogêneo do ato de Freud - assim como o de Marx - com relação ao que veio a participar do campo que dele procede. A forçosa imposição, em um campo assim introduzido, do *retorno* a remete, em Lacan (1971-1972/2011), à atestação de que se teve, com a psicanálise, a emergência de um “novo discurso” (p.89). Nesse sentido, a própria formulação lacaniana de um discurso analítico decorreu de tal discurso já ser o que suportava seu ensino, o qual veio a formalizá-lo. A ideia de urgência figurará aí, portanto, não em associação a um momento histórico, não constituindo uma origem, mas relativamente ao lugar. Exatamente como disse Lacan (1967-1968/2006) com referência a seu próprio ensino: “no início não é a origem, é o lugar” (p.12). Anteriormente, ele já dissera importar à psicanálise “não como o discurso se situa na história, mas como a própria história surge de um certo modo de entrada do discurso no real” (Lacan, 1960-1961/1992, p.84). Nesse deslocamento da origem histórica para a *entrada do discurso no real*, a urgência estaria remetida, portanto, a essa última.

Com relação à ideia de urgência, encontramos em Lacan de fato, considerações sobre o que teria exigido o surgimento do discurso analítico. Quando ele menciona, por exemplo, que o que distingue o *discurso do capitalista* é “a *Verwerfung*, a rejeição para fora de todos os campos do simbólico” da castração, disse ser por isso que, tempos depois, “a castração fez, enfim, sua entrada irruptiva, sob a forma do discurso analítico” (Lacan, 1971-1972/2011, p.88, grifos do autor). No mesmo sentido, indicou que, se há algo que nos convoca à manutenção do discurso analítico, dada a facilidade com que poderíamos nos desviar para outros discursos, isso estaria ligado ao que provocou sua necessidade: a existência de um discurso ainda mais insustentável, o discurso do capitalista (Lacan, 1972c). Ao formalizar esse último, Lacan (1972b) destaca justamente sua circularidade, a qual suprimiria o ponto de impossibilidade inerente, em sua definição (Lacan, 1969-1970/1992), aos discursos; rompendo, nesse caso, a ligação entre discurso e laço social. A definição de discurso que se apoia na psicanálise tem, desse modo, o impossível reportado à castração, aquela que o discurso capitalista pretenderia *verwerfen*. A psicanálise teria surgido, assim, para dar consequência a ela, voltando-se ao que surge da falha a que convoca, e que tem no sujeito sua extensão.

A *entrada irruptiva* da castração com a psicanálise equivale, portanto, à entrada irruptiva do sujeito da psicanálise. Se a emergência do discurso corresponde a uma urgência, essa evoca o sujeito na psicanálise. Em dado momento, sabemos ter Lacan (1966/1998) feito referência justamente às *urgências subjetivas*. E o fez associando-as ao psicanalista, a que haja psicanalistas: “agora, pelo menos, podemos contentar-nos com a ideia de que, enquanto perdurar um vestígio do que instauramos, haverá *psicanalistas* para responder a certas urgências subjetivas” (p.237, grifo do autor).

AS URGÊNCIAS SUBJETIVAS E O HOSPITAL GERAL

A referência pontual de Lacan às *urgências subjetivas* veio a ser desenvolvida posteriormente pelos psicanalistas, muitas vezes em contextos próximos ao que visamos aqui (Belaga, 2006) e, principalmente, desdobrando a ligação assinalada, por Lacan, à presença do psicanalista. A relação entre *urgência* e *sujeito* remeteria aí não ao sujeito como *locus* da urgência, mas como horizonte da resposta na medida em que haja analista. A rigor, da perspectiva da psicanálise, no instante mesmo da urgência não prevalece o sujeito.

Ao pensarmos, por sua vez, no contexto da resposta médica ao que se avalia como urgência, opera a função da *pressa*, que poderíamos ler, conforme os tempos escandidos por Lacan (1945/1998), como uma passagem do *instante de ver* ao *momento de concluir*. É também na passagem ao momento de concluir que situamos a assunção do sujeito na psicanálise. Segundo Gomes (2023, p.150), “a emergência médica pode causar no paciente ou em sua família uma ruptura da cadeia significante; portanto, desarticulando suas possibilidades de nomeação do acontecimento, suspendendo a função das palavras e imagens como contorno para o sofrimento, o que o analista faz sem palavra?” Entendemos, dessa maneira, que a passagem do instante de ver ao momento de concluir inclui necessariamente, entre uma e outra, o tempo para compreender. A assunção do sujeito implica o tempo para compreender, não em razão de uma resultar do outro. O momento de concluir não equivaleria à consumação do tempo para compreender, mas sim, de certo modo, à sua deposição. Os tempos, conforme a função do analista, definem uma lógica, não prazos.

Há, portanto, uma dimensão da urgência própria à psicanálise. Ela encontra-se condicionada à passagem pelo tempo para compreender, não porque dele adviria a conclusão. Não se trata, na transição ao momento de concluir, de se chegar à integralização do saber, e sim de se deparar com sua falha, desde a qual se situa o sujeito da psicanálise. Não se trata de decorrer da compreensão a transparência, mas antes a opacidade do objeto na qual

justamente se ancora a emergência do sujeito em sua divisão.

Vemo-nos, assim, diante de duas perspectivas para o momento de concluir: a pressa que rege a urgência no hospital, em que aquele se precipita do instante de ver, e a temporalidade implicada pela presença do analista, na qual o momento de concluir sucede o tempo para compreender, na medida em que esse se permita ultrapassar pela urgência. É dessa última perspectiva que falamos, a partir da psicanálise, em urgências subjetivas; na direção, como indica Lacan (1968-1969/2008, p.47), “de dar plena presença à função do sujeito, invertendo o movimento de redução que habita o discurso lógico, para nos centrarmos perpetuamente no que é falha”.

A proposta de trabalhar segundo tal perspectiva no hospital dá relevo a situações como a do paciente que não quer realizar o procedimento cirúrgico que poderia garantir sua sobrevivência em razão de não suportar a perda no corpo que tal cirurgia implicaria. Ou da paciente que, cuidando impecavelmente do marido e do filho, negligencia seu próprio cuidado com referência à doença familiar que é comum aos três. Constata-se, nesses casos, não haver possibilidade de decisão pela cirurgia ou de adesão ao tratamento que prescindia de um trabalho que leve em conta, para dado sujeito, o fato de que o impossível pode se encontrar menos associado à morte do que à perda que sua postergação acarretaria ou, para outro, a evidência de que alguém pode querer seu próprio mal. Situações de embaraço, de impasse, para uma prática que pretenda alcançar seu intento à revelia do sujeito.

O DISPOSITIVO E SUA TECNOLOGIA

A plena presença à função do sujeito por um centramento perpétuo na falha, conforme indica Lacan (1968-1969/2008), se estabelece em um movimento de inversão discursiva que não firma o significante como definição dessa falha. Não equivaler o sujeito ao significante, mas depreendê-lo a partir da falta no significante é um giro que situa a psicanálise em seu “destino extraviado” (p.48).

Pensar a urgência subjetiva em conformidade a essa proposta interpela o aparato técnico das práticas avaliativas e de controle, que coordenam o subjetivo como risco. Não se trata de reduzir as clínicas psicológicas a dispositivos de controle, mas sim de sustentar uma sinalização frente aos perigos de que:

cada vez mais eficazmente, os corpos se especializam e conquistam certa autonomia. De modo que, através da resistência da luta da força de trabalho maquínica, se desenvolve cada vez mais expressamente a demanda a uma produção do homem pelo homem (Negri, 2015, p.70).

A eficácia do humano como produção tecnológica se enxerta em protocolos de avaliação psicológica, forcluindo a falha correspondente à função do sujeito. O padrão avaliativo que categorizaria as urgências a partir de itens protocolares resvala, no âmbito das práticas assistenciais hospitalares, em seus limites diante dos impasses quanto à decisão sobre um procedimento cirúrgico e quanto à paciente com reduzida adesão ou mesmo que negligencia o próprio tratamento. Nesse processo em que a dimensão técnica se posiciona em nome de uma resposta adequada e eficaz, a pressa torna a urgência intransponível ao praticante orientado pelo protocolo. Diferentemente desse emprego prático, a urgência subjetiva escande o tempo de compreender no momento em que se instala uma pausa (Seldes, 2006). A pressa que configura outras formas de urgência é dispar dessa que incide pela lógica temporal em direção ao efeito de sujeito.

Como indicamos anteriormente, a universalização do serviço de bens e seu ordenamento à arqueologia do termo dispositivo teria como condição o puritanismo que coordena a relação com o desejo. A primazia do objeto técnico coloca também em questão o estatuto científico dos aparatos que se instalam no hospital, à medida que seu arcabouço passa a ser fundamentalmente a gestão, a gestão capitalista. Sem avançar na discussão de seu estatuto científico, apenas salientamos aqui que sua estrutura remete ao que Lacan (1972-1973/1985) reconhece como *gadgets*, frente aos quais, “desde então, vocês são infinitamente muito mais do que pensam, os sujeitos dos instrumentos que, do microscópio ao rádio-televisor, se tornam elementos da existência de vocês” (p.110). O sujeito do instrumento é o que se adequa a esse dispositivo de controle e, por assim se posicionar, nos leva a questionar se não estaria nessa função o praticante que desconsidera os limites de um protocolo de avaliação para riscos subjetivos. A conjunção da prática com o ilimitado oferecido como tecnologia inviabiliza a falha que constitui o sujeito e produz apenas dados relativos a indicadores generalistas.

A *manualização* da prática se apresenta como estratégia terapêutica frente àquilo que a urgência subjetiva conclama enquanto fator angustiante para o praticante. O protocolo, entretanto, não se constitui como possibilidade ao que é do âmbito da falha e do sujeito, e os resultados são expressos em termos numéricos como índices e sinais de determinada sintomatologia ou fenômeno. Esse ilimitado numérico não coaduna com a escansão temporal proposta como tempo de compreender e se revela, em seu aparato estatístico, como futuro daquele passado em que a anatomofisiologia era o substrato da conduta terapêutica.

O sofrimento subjetivo é lido, desde então, a partir dos signos de evidências que indicam a necessidade ou não de determinada intervenção. Nesse sentido, cabe retomar a questão de Lacan (1974/2022) sobre se “o futuro da

psicanálise depende do que advirá desse real. As bugigangas [gadgets], por exemplo, será que realmente tomarão a dianteira? Chegaremos a nos tornar nós mesmos de fato animados pelas bugigangas [gadgets]?” (p.59). Embora o autor entenda como pouco provável tal triunfo do gadget, é relevante destacar a questão que incide sobre o futuro da psicanálise em relação ao que advém do real e, de acordo com o que se articula aqui, se oferece na prática hospitalar enquanto estratégia rentável e eficaz. Pode-se propor, após nosso percurso, que um ser animado pelo dispositivo de controle que ora se efetiva no contexto hospitalar é o que almeja a manualização das práticas clínicas. Por outro lado, frente ao ilimitado que suprime a falta e a viabilidade do tempo de compreender, o advento do sujeito é o que se mostraria impossível à medida que aquilo que disso resta é o que não pode ser esquadrihado pela métrica. Diante disso, observa-se que atualmente, como dissemos, as temáticas da espiritualidade e do autogerenciamento da qualidade de vida se tornam emblemáticas de propostas “resolutivas” para o tratamento do sofrimento no hospital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia, Lacan (1950/2003) mostra-se preocupado que, sob a denominação criminologia, sentíssemos-nos tentados “pelo sonho de um tratamento inteiramente objetivo do fenômeno criminal” (p.129). Frente a isso, as premissas por ele defendidas associam-se à verdade que a psicanálise busca, “verdade de um sujeito”; a qual, por sua vez, “não pode ser desvinculada da base da experiência que a constitui”, indicada aqui ser “a mesma que define o caráter sagrado da ação médica – ou seja, o respeito pelo sofrimento do homem” (p.131). A expressão utilizada por Lacan (1950/2003) – respeito pelo sofrimento – é retomada por Milner (2011) justamente na medida em que fixaria um limite à objetivação. O sofrimento faz obstáculo ao dispositivo de controle e avaliação.

Milner (2011) nota ainda que Lacan toma o respeito pelo sofrimento como base, ao mesmo tempo, da experiência da psicanálise e da ação médica em seu caráter sagrado. Esclarece assim que, “atento em manter psicanálise e medicina à distância uma da outra, Lacan esteve ainda mais atento de tê-las, uma e outra, à distância da injunção que sempre acaba lhes endereçando, em nome da repressão e da prevenção do crime, os mestres da atualidade” (p.52, tradução nossa). Ele já havia mencionado nessa mesma obra que, sob a ótica do controle e da avaliação, o paradigma para a otimização do ato médico “não seria a cura, nem mesmo os cuidados e os tratamentos, mas a autópsia” (p.42, tradução nossa). A criminologia se converte em modelo para a medicina, contrariamente ao que Lacan tomava por sagrado nessa última.

Voltando a nosso ponto de partida, na discussão de Agamben (2011), ele aborda, em outra direção, a possibilidade de profanação do dispositivo, esse sim sendo associado aqui ao sagrado. Em sua origem religiosa, o termo significaria a restituição ao livre uso dos homens daquilo que a religião teria subtraído para uma esfera separada, a esfera dos Deuses. A profanação implicaria a ideia, face à associação do dispositivo com o sagrado, de um contradispositivo. Tarefa urgente na atualidade, segundo Agamben (2011), mas que, no entanto, encontra com o capitalismo maiores dificuldades, as quais se ligam ao fato de que os dispositivos, nesse caso, não produzem sujeitos, visando prioritariamente à dessubjetivação. A profanação dos dispositivos pretenderia, por seu lado, “trazer à luz esse ingovernável que é, ao mesmo tempo, o ponto de origem e o ponto de partida de toda política” (p.264, tradução nossa). Como diz Agamben, é essa a urgência a que nos veríamos convocados, o que, no caso da psicanálise, implica tocar o real, horizonte do discurso em que se apoia.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

Certificamos que todos os autores participaram suficientemente do trabalho para tornar pública sua responsabilidade pelo conteúdo. A contribuição de cada autor pode ser atribuída como se segue:

M.V.B e V.A.D contribuíram para a conceitualização e investigação do artigo. M.V.B e V.A.D também foram responsáveis pela redação do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido.

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada parcialmente pelas bolsas de produtividade em pesquisa (CNPQ) e Prociência (UERJ) do segundo autor.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2011). ¿Qué es un dispositivo? *Sociológica*, 73, 249-264.
- Belaga, G. (2006). *La urgencia generalizada – la práctica en el hospital*. Grama ediciones.
- Checcia, M. A. (2010). A clínica psicanalítica é um dispositivo? *A peste*, 2(1), 89-100.
- Deleuze, G. (2016). *Dois regimes de loucos - textos e entrevistas (1975-1995)*. Editora 34.
- Freud, S. (2020). O mal-estar na cultura. In: *Obras incompletas de Sigmund Freud- O mal-estar na cultura e outros escritos de cultura, sociedade, religião*. Autêntica. (Originalmente publicado em 1930).

- Foucault, M. (2009). O que é um autor? In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Forense Universitária. (Originalmente publicado em 1969).
- Foucault, M. (2013). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*. Edições Loyola. (Originalmente publicado em 1970).
- Foucault, M. (1988). História da sexualidade. In: *a vontade de saber*. Edições Graal. (Originalmente publicado em 1976).
- Foucault, M. (1994). Le jeu de Michel Foucault. In: *Dits et écrits III*. Galimard. (Originalmente publicado em 1977).
- Gomes, L. R. S. (2023). *Achar palavra: um dispositivo psicanalítico em urgências, emergências e desastres*. [Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo]. <https://doi.org/10.11606/T.47.2023.tde-11122023-134205>
- Lacan, J. (1998). O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada. In: *Escritos*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1945).
- Lacan, J. (2003). A psiquiatria inglesa e a guerra. In: *Outros Escritos*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1947).
- Lacan, J. (2003). Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia. In: *Outros Escritos*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1950).
- Lacan, J. (2008). *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1959-1960).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, livro 8: a transferência*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1960-1961).
- Lacan, J. (1998). Do sujeito enfim em questão. In: *Escritos*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1966).
- Lacan, J. (2006). Lugar, origem e fim do meu ensino. In: *Meu ensino*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1967-1968).
- Lacan, J. (2008). *O seminário, livro 16: de um Outro ao outro*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1968-1969).
- Lacan, J. (1992). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1969-1970).
- Lacan, J. (2011). *Estou falando com as paredes: conversas na capela de Sainte-Anne*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1971-1972).
- Lacan, J. (1985). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1972-1973).
- Lacan, J. (2003). ...ou pior – relatório do seminário de 1971-72. In: *Outros Escritos*. Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1972a).
- Lacan, J. (1972b). *Du discours psychanalytique*. Conferência inédita.
- Lacan, J. (1972c). *Interventions sur l'exposé de M. Safouan : La fonction du père réel, aux Journées d'étude de l'École freudienne de Paris*. Conferência inédita.
- Lacan, J. (2022). A terceira. In: J. Lacan, & J. A. Miller, *Teoria de la língua*. Jorge Zahar (ed.). (Originalmente publicado em 1974).
- Milner, J. C. (2011). *La politique des choses*. Verdier.
- Negri, A. (2015). *Biocapitalismo – entre Spinoza e a constituição política do presente*. Iluminuras.
- Seldes, R. (2006). La urgencia subjetiva, un nuevo tiempo. In: G. Belaga (comp.), *La urgencia generalizada – la práctica en el hospital*. Grama ediciones.

NOTAS

1. Encontramos também em Deleuze (2016) texto dedicado à mesma questão: O que é um dispositivo?

Data de submissão: 26/07/2024
Primeira decisão editorial: 15/01/2025
Aceite: 10/02/2025